

Enfrentamento ao trabalho escravo. Uma missão sempre atual e necessária



» ALEXANDRE TEIXEIRA DE FREITAS BASTOS CUNHA
Conselheiro do CNJ,
desembargador do Tribunal
Regional do Trabalho
do Rio de Janeiro

Brasil ainda não superou a escravidão. Ela não pertence apenas ao passado. Manifesta-se no presente, em novas formas de exploração e desigualdade. O dia 28 de janeiro marca o enfrentamento ao trabalho em condições análogas à escravidão e ao tráfico de pessoas. A data não é apenas simbólica. Convida à reflexão e invoca responsabilidade institucional e social. Não se trata apenas de lembrar, mas de agir.

A escravidão contemporânea não é um desvio isolado. É herança direta de um sistema histórico nunca superado. Ela se alimenta da pobreza extrema, do racismo estrutural e da exclusão social. Permanece, muitas vezes, invisível. Os dados recentes são claros. Em 2025, mais que dobrou o número de processos judiciais sobre trabalho escravo. O aumento revela maior atuação estatal. Mas também pode indicar que a exploração persiste e se adapta. O Poder Judiciário tem papel central nesse cenário. A Constituição lhe atribui a garantia de direitos e liberdades. Combater a impunidade é seu dever permanente.

Nesse contexto, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) instituiu o Fórum Nacional do Poder Judiciário para o Combate ao Trabalho em Condições Análogas às de Escravo e ao Tráfico de Pessoas. O Fontet fortalece a articulação nacional e a atuação local.

Produz diagnósticos, orienta políticas e amplia o debate. Apesar dos avanços, os desafios permanecem. Faltam estrutura adequada, orçamento específico e presença institucional contínua. A invisibilidade ainda protege crimes graves e recorrentes.

Porém, é necessário não esmorecer e mobilizar toda a sociedade. A escravidão moderna não atua isoladamente, conectando-se a outras violações graves: tráfico de pessoas, exploração sexual, garimpo ilegal, adoções ilegais. Todas têm origem comum: as vulnerabilidades profundas. Enfrentar esse quadro exige mais do que repressão. Exige memória, reconhecimento e compromisso histórico.

Foi com esse propósito que o CNJ instituiu o Grupo de Trabalho Memória da Escravidão e da Liberdade. A iniciativa parte de um princípio essencial: não há justiça sem memória. O levantamento nacional revelou lacunas significativas. Poucos tribunais preservam documentos dos séculos 18 e 19. Menos ainda mantém acervos sobre pessoas escravizadas.

Ao mesmo tempo, boas práticas indicam caminhos possíveis. Os arquivos judiciais revelam histórias ocultas. Ações de liberdade, inventários e

registros revelam o protagonismo de pessoas negras na luta por dignidade. Cada documento preservado restitui humanidade e voz. Consubstancia vidas que se recusam ao esquecimento. Preservar essa memória é um ato de reparação. É reconhecer que o Judiciário também integrou o sistema escravocrata. E que, hoje, pode assumir papel ativo na superação desse legado, contribuindo sobremaneira para a reconstrução democrática.

O relatório do grupo propõe medidas permanentes: digitalização de acervos, acesso público aos documentos, formação em justiça racial, parcerias com universidades e comunidades tradicionais. A política de memória dialoga com o enfrentamento da escravidão contemporânea. Ambas se orientam pela dignidade humana, exigindo atuação contínua e articulada.

Outro desafio central é evitar a revitimização institucional. Pessoas exploradas ainda são tratadas como culpadas. Não há consentimento válido quando há fraude, ameaça ou miséria extrema. Protocolos antidiscriminatórios representam avanço. Reconhecem desigualdades históricas. Orientam julgamentos mais justos e contextualizados.

O combate ao trabalho escravo não é tarefa isolada do Estado. É compromisso de toda a sociedade. O silêncio também perpetua a violência e a exploração. Memória e enfrentamento caminham juntos. Lembrar é um ato político. Preservar é fazer justiça. Enfrentar a escravidão exige ação no presente e coragem para encarar o passado.

Os Correios podem voltar a ser uma empresa pública eficiente e competitiva?



» FERNANDO AMORIM TEIXEIRA
Doutor em economia (UFF) e
diretor de políticas públicas
do Centro de Finanças
Sustentáveis (CeFiS/UFRJ)

» GUSTAVO TEIXEIRA FERREIRA DA SILVA
Doutor em economia (UFF) e pesquisador
do Grupo de Pesquisa em Financiamento
e Desenvolvimento (FINDE/UFF)

A saúde financeira dos Correios ganha destaque nas últimas semanas, reabrindo o debate sobre a gestão de empresas públicas no Brasil. Grande parte das análises, contudo, segue restrita à dicotomia Estado versus Mercado em busca de um veredito definitivo sobre o que deve ser feito com a estatal. Há aspectos essenciais, no entanto, que estão sendo negligenciados e que podem permitir a construção de um modelo de negócios que harmonize sustentabilidade financeira, adaptação do mercado postal e geração de valor público.

Quando analisamos os atuais montantes referente ao prejuízo econômico e a necessidade financeira dos Correios, não podemos desconsiderar o seu papel histórico, que exigiu capilaridade nacional e grande estrutura empresarial. Tampouco devemos ignorar momentos políticos que priorizaram a alienação de ativos estatais, ao invés de um planejamento estratégico voltado para as novas dinâmicas setoriais.

Empresas estatais dos mais diversos setores precisam ser capazes de assumir riscos para cumprir com as funções estabelecidas em seu estatuto, enquanto criam e formatam novos mercados para que o setor privado se sinta confortável em investir. A sustentabilidade financeira, nesses casos, não é apenas uma condição de solvência, mas um arranjo que assegura seu papel público, sem comprometer a competição, a disciplina fiscal ou a credibilidade regulatória.

Há farta literatura sobre como conciliar neutralidade competitiva, Obrigações de Serviço Público (OSP) e modelos de financiamento em estatais. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Banco Mundial e outros organismos têm se voltado a sistematizar soluções, preconizando, por exemplo, que a sustentabilidade financeira pode resultar tanto de fontes internas (receitas comerciais, eficiência produtiva, precificação aderente a risco, gestão patrimonial), quanto externas (compensações explícitas por OSP, aportes de capital, subvenções ou captação no mercado). A forma como esses instrumentos são combinados depende da natureza da missão pública, do regime regulatório setorial e do grau de exposição da empresa à competição. É essa arquitetura de financiamento, e não somente o desempenho contábil, que condiciona a capacidade da estatal de equilibrar valor público e disciplina econômico-financeira.

Esse ponto é relevante, pois muitas estatais cumprem missões com retornos difusos em que o ordenamento jurídico pode admitir compensações financeiras. Por conta disso, a neutralidade competitiva com seus pares privados não é absoluta, podendo se admitir exceções legítimas por meio de diferenças em taxação, condições de financiamento e tarifas ou metas de retorno, desde que sejam claramente definidas, transparentes, proporcionais e previamente contratualizadas.

Dito isso, voltamos à questão dos Correios. Diante da extensão territorial do Brasil e da ausência de interesse comercial do setor privado em algumas regiões, deve-se priorizar a manutenção de um serviço postal universal como uma política de Estado?

Se a resposta for sim, vale nos debruçarmos sobre a experiência de países que adotaram diferentes arranjos para equilibrar universalização, eficiência e sustentabilidade financeira em serviços postais. Austrália e França, por exemplo, mantêm modelos híbridos em que operadores postais combinam OSP com atividades comerciais que ajudam a financiar esses serviços.

Mas como calcular o custo-benefício de se manter uma estatal de serviços postais? Há várias metodologias para se calcular OSPs dentro das estruturas de custo das empresas: custos marginais, custos totalmente distribuídos, custos evitáveis e custos isolados são algumas delas. Todas com vantagens e limitações. É possível, por exemplo, trabalhar com contabilidades distintas para as atividades comerciais e não comerciais. Dessa forma, ao se explicitar os custos e benefícios da atividade associada aos serviços públicos prestados, aumenta-se a legitimidade dessa missão perante os diversos atores econômicos e sociais.

Para que os Correios voltem a ser uma empresa pública eficiente e competitiva, é fundamental que se abram diálogos construtivos com apontamentos de soluções concretas que beneficiem à sociedade. É preciso maior transparência, metodologias robustas de cálculo de custos, governança sólida e políticas de inovação bem estruturadas para a geração de valor econômico e social de longo prazo. Por fim, a modernização dos Correios passa pela gestão estratégica de ativos tangíveis e intangíveis, pelo fortalecimento de parcerias público-privadas e pela incorporação de capacidades de inovação e novas fontes de financiamento.

A ciência no prato: a inversão da pirâmide alimentar americana



» ANDRÉA JÁCOMO
Pediatria, professora da medicina
do Ceub, coordenadora do
Departamento de Pediatria
Ambulatorial da SPDF

Desde que o mundo é mundo, o cuidado com as crianças sempre foi embasado na transmissão dos cuidados infantis entre as gerações pela tradição oral e relacionada aos modelos culturais. As avós eram autoridade máxima no quesito alimentação e sobrevivência. A puericultura, campo do conhecimento dedicado à saúde da criança de forma preventiva e integral, só se consolidou no início do século 20. As recomendações médicas, agora com base nos estudos científicos, passaram a nortear os cuidados com as crianças.

Na alimentação, as mudanças foram marcantes. Esta semana, uma avó que acompanhava a consulta da neta, ao me ouvir fazer as recomendações da introdução alimentar, me disse que iria “se mudar para o Nepal durante a introdução alimentar”, já que não podia mais oferecer suco nem bater a comidinha do liquidificador! A introdução precoce de sucos, chás e papas de amido, antes incentivada, foi substituída pela recomendação do aleitamento materno exclusivo até os seis meses. Da mesma forma, a introdução tardia de alimentos potencialmente alergênicos, ao contrário do que se pensava nos anos de 1990, atualmente é recomendada de forma estratégica antes dos 12 meses para gerar tolerância imunológica.

Recentemente, o governo dos Estados Unidos lançou o Dietary Guidelines for Americans 2025-2030, introduzindo, por lá, um conceito visualmente disruptivo: a pirâmide alimentar invertida. As novas diretrizes refletem uma tentativa de conter as epidemias de obesidade e diabetes tipo 2 que atingem crianças americanas de forma precoce, se perpetuam pela adolescência e têm repercussão na vida adulta. Em 2025, alcançou-se um marco histórico: pela primeira vez, a prevalência global de obesidade entre crianças e adolescentes, na faixa etária de 5 a 19 anos, superou a de desnutrição.

A pirâmide clássica, consolidada nos anos de 190, trazia em sua base larga os pães, cereais e massas. No novo modelo americano, a base, que representa a prioridade nutricional, é ocupada por proteínas de alta qualidade, vegetais, frutas e gorduras saudáveis. O topo, agora estreito e apontado para baixo, restringe os carboidratos refinados e açúcares adicionados. A grande inovação científica desse guia é o foco na densidade nutricional em vez de meras calorias. Pela primeira vez, há um incentivo explícito à “comida de verdade”, alinhando-se ao que o nosso Guia Alimentar para a População Brasileira já defende há mais de 10 anos: priorizar alimentos in natura e minimizar ultraprocessados, substâncias que sequestram o paladar infantil e desregulam o metabolismo.

Por lá, a American Heart Association (AHA) elogia a restrição de açúcares, mas expressa preocupação com a nova flexibilidade americana em relação às gorduras saturadas. Enquanto o guia americano agora permite laticínios integrais e carnes

vermelhas com maior ênfase, a AHA mantém que, para a saúde cardiovascular infantil, as gorduras insaturadas (peixes e óleos vegetais) e os laticínios desnatados após os 2 anos continuam sendo o padrão-ouro. Já a Academia Americana de Pediatria destaca como ponto forte a recomendação de zero açúcar na infância e a restrição de ultraprocessados, mas preocupa-se com a possível redução de fibras provenientes de grãos integrais, essenciais para o microbioma intestinal em desenvolvimento.

Aqui no Brasil, a Sociedade Brasileira de Pediatria, por meio das publicações dos departamentos científicos de Nutrologia e Saúde Escolar, reconhece que as mudanças dos padrões de alimentação que ocorrem no mundo inteiro precisam de atenção. Evidências científicas relacionam o consumo de alimentos ultraprocessados com aumento do risco de morte e doenças crônicas não transmissíveis ao longo da vida, como cânceres, prejuízo na saúde mental, doenças respiratórias e cardiovasculares, gastrointestinais e metabólicas. O Ministério da Saúde também endossa a preocupação, inclusive com meta de redução do limite máximo de alimentos processados e ultraprocessados no cardápio das escolas do Programa Nacional de Alimentação Escolar para 10% em 2026.

Para as famílias, a recomendação é integrar a sabedoria do *Guia Alimentar para a População Brasileira*, que privilegia o alimento in natura e o ato de comer em companhia, com a lógica da nova pirâmide alimentar invertida, que também prioriza “comida de verdade”, restringindo ultraprocessados e açúcares. Assim, entregaremos aos nossos filhos muito mais que calorias; entregaremos qualidade de vida e longevidade.